

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 960.316 - SC (2016/0201002-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : SONIA REGINA FELICIANO BERNARDO
ADVOGADOS : ULYSSES COLOMBO PRUDÊNCIO - SC016981
RODRIGO DE BEM E OUTRO(S) - SC017108
AGRAVADO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : THAIS DE CASSIA RUMSTAIN E OUTRO(S) - SP301205
MARCIO ALEXANDRE Malfatti - SC031041
AGRAVADO : ENGREMOL INDÚSTRIA DE ENGRENAGENS E ACIONAMENTOS
LTDA
ADVOGADO : PATRÍCIA DE FREITAS FENILLI - SC010631

DECISÃO

Trata-se de agravo desafiando decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que não admitiu o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: a) incidência da Súmula 7 do STJ, em relação ao cerceamento de defesa (fl. 386); b) aplicabilidade da Súmula 283/STF, no que tange à suscitada afronta dos arts. 757 e 944, do Código Civil.

É o relatório. Decido.

O recurso não merece sequer conhecimento.

Observa-se que o agravo previsto no art. 1.042 do CPC/15 tem por objetivo o processamento do recurso especial inadmitido pela Corte de origem. Assim, é imperioso que, nas razões recursais, o agravante demonstre expressamente o desacerto da decisão agravada.

In casu, a parte agravante não rebateu, como lhe competia, todos os fundamentos da decisão recorrida. Com efeito, limitou-se a alegar que não pretende o reexame de provas e a interpretação das cláusulas contratuais e, ainda, que demonstrou o dissídio jurisprudencial. Olvidou-se, entretanto, de atacar, especificadamente, a incidência da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, o princípio da dialeticidade, que rege os recursos processuais, impõe ao recorrente, como requisito para a própria admissibilidade do recurso, o dever de demonstrar por que razão a decisão recorrida não deve ser mantida, demonstrando o seu desacerto, seja do ponto de vista procedimental (*error in procedendo*), seja do ponto de

vista do próprio julgamento (*error in iudicando*), porquanto não atende ao princípio em tela o recurso que se limita a tão só afirmar a tese jurídica interessante à sua pretensão, sem confrontar, de forma juridicamente balizada, os fundamentos adotados na decisão que busca reformar.

Incide, na hipótese, o art. 932, III, do CPC/15, que permite ao Relator não conhecer de recurso que não impugna especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Nesse sentido, na parte que interessa:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS EM CONFRONTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

I - Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática de indeferimento liminar dos embargos de divergência, diante da ausência de similitude fática entre o acórdão embargado e o julgado paradigma e incidência da súmula 168 do STJ.

II - Descumpre o art. 1.021, § 1º, do CPC e a Súmula nº 182 do STJ, o agravo interno que não impugna integralmente os fundamentos da decisão agravada.

III - A teor do enunciado contido na Súmula n. 182 do STJ, é inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Precedentes.

IV - A ausência de similitude fática impede o comparativo entre acórdão embargado e paradigma de modo a obstar a configuração do dissídio jurisprudencial supostamente alegado pela parte.

*Agravo Interno não provido." (AgInt nos EAREsp 1040547/SP, Rel. Ministro **FELIX FISCHER**, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2017, DJe 06/02/2018, g. n.)*

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISCUSSÃO SOBRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR QUE NÃO SE CONHECE.

1. A decisão recorrida negou provimento aos Embargos de Divergência, do ora agravante, por ser incabível Embargos de Divergência contra decisão monocrática.

2. Neste recurso, a parte agravante não rebateu as razões

expostas na decisão que visa a impugnar. Aplicável, portanto, a Súmula 182 do STJ, segundo a qual é inviável o Agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada.

3. *Agravo Interno do PARTICULAR que não se conhece.*" (AgInt nos EAREsp 808.165/RS, Rel. Ministro **NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/05/2018, DJe 14/05/2018, g. n.)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator